



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 **(Valores expressos em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,93%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério da Infraestrutura, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e containerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Repetindo a performance de 2020, quando movimentou 4,9 milhões de toneladas de cargas – representando à época um aumento de 12% em relação ao ano de 2019 -, o Porto de Fortaleza teve



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

como destaque em 2021, os contêineres e a carga geral (com alta, respectivamente, de 41% e 40,5%, comparado com 2020). Ao todo, 568 navios atracaram no porto no ano passado. O balanço também foi positivo na área administrativa, com a melhora do desempenho dos indicadores financeiros; estruturação de ações voltadas para redução de despesas; adequação das tabela tarifária da CDC à Resolução Normativa nº 32 da Antaq; aprovação do novo plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Fortaleza; e o arrendamento do MUC01.

Em seguida, alguns indicadores do do exercício de 2021, comparados com os indicadores do exercício de 2020.

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO % 2021/2020
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,052	0,019	173,68%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	42,87	51,71	-17,10%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/>30%	23,88	21,48	11,17%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	2,20	1,58	39,24%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	0,35	0,23	52,17%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	% / <30%	12,97	11,50	12,78%

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 **(Valores expressos em milhares de reais)**

Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Não foi constituída provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, em no ano de 2021, devido à impossibilidade de aferição, face à inoperância do sistema SIGEP, ocorrida desde o dia 28 de outubro de 2019, ocasionada por ataque cibernético aos sistemas operacionais da Companhia, conforme divulgação do fato, na mídia e em jornais de grande circulação. **Vide Nota Explicativa 5.**

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A depreciação é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, a qual foi revisada no fim desse exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g) Intangível

O valor contábil bruto menos amortização acumulada e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

h) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 **(Valores expressos em milhares de reais)**

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2021	31/12/2020
Caixa/Bancos	303	257
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	25.296	10.750
Total	25.599	11.007

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 31/12/2021, R\$ 2.085 (mil) são recursos provenientes da União.

5. CLIENTES

CLIENTES	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Receber de Usuários	4.966	4.104
Engemon	32	32
MDN Mineração do Nordeste	0	163
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	9	0
JP Consultoria e Serviços Portuários EIRELI	32	0
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-328	-328
Total	4.711	3.971

No que se refere aos Clientes, verificou-se a liquidação do saldo devedor da empresa MDN Mineração do Nordeste, ocorrida em fevereiro de 2021, bem como os registros dos Termos de Confissão de Dívida das empresas Amarena e JP Consultoria, em abril de 2021.

No que tange à constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa existente, segue abaixo, sua composição:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

PECLD - Provisão para perdas	
Principais Clientes	
PETROBRAS	29
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	74
OUROFÉRTIL	209
OUTROS	16
TOTAL	328

Conforme Nota 3.c), não foi constituída PECLD, no exercício de 2021. Entretanto, o saldo existente refere-se ao mês de dez/19, em que foi realizada a reversão de PECLD referente ao cliente Tracol, por ocasião do parcelamento do saldo devedor em aberto. Desse modo, a PECLD registrada, constituída até a data base de 30 de setembro de 2019, passou a ter saldo de R\$ 328 mil, conforme demonstrativo acima.

No exercício de 2021, também, não foram realizadas as baixas de faturas incobráveis, visto que muitas delas, encontram-se em fase de negociação e de judicialização. Ressalta-se que, o valor de 209 mil, referente à empresa OUROFÉRTIL, encontra-se judicializado, por meio do processo nº 0142551-31.2018.8.06.0001, o qual tramita na 18ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, cujo valor da causa é de R\$ 244 mil, com prognóstico 2 (Possíveis chances de êxito), conforme informações fornecidas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de Salários	16	20
Empréstimos de Férias	76	34
Adiantamentos de Férias	233	148
Adiantamentos de 13º Salário	44	0
Outros	0	17
Total	369	219

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

Do montante de R\$ 366 (mil) em 2020, R\$ 81 (mil) refere-se aos pagamentos realizados diretamente aos empregados dos salários e demais verbas trabalhistas, em virtude do descumprimento de obrigações contratuais decorrentes do contrato nº 11/2017, firmado entre a Companhia Docas do Ceará e a empresa Somos Capital Humano, de modo a assegurar a satisfação do crédito dos trabalhadores e afastar possível responsabilização subsidiária trabalhista prevista na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Os pagamentos em tela foram realizados com base no Parecer Jurídico nº36/2019, de 09/04/2019 e Resolução DIREXE nº 050/2019, de 09/04/2019.

Em 12 de Julho de 2021, houve uma redução de R\$ 26 (mil), decorrente de um encontro de contas realizado para liquidação do saldo a pagar da nota fiscal nº 3205, da empresa WN Serviços de Vigilância Armada Ltda ME, que após baixa, seu saldo em 31/12/2021 é de R\$ 259 (mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, bem como, por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR s/ aplicações financeiras, retenções s/ serviços prestados, créditos extemporâneos e saldos negativos formados em períodos diversos. Segue a discriminação:

TRIBUTOS A RECUPERAR	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Negativo IRPJ 2020 - Ano-calendário 2019	0	828
Saldo Negativo CSLL 2020 – Ano-calendário 2019	0	167
Saldo Negativo IRPJ 2021 - Ano-calendário 2020	932	884
Saldo Negativo CSLL 2021 – Ano-calendário 2020	78	174
Saldo Negativo IRPJ 2022 - Ano-calendário 2021	1.027	0
Saldo Negativo CSLL 2022 – Ano-calendário 2021	200	0
Créditos Extemporâneos - PIS	0	788
Créditos Extemporâneos - COFINS	3	2.886
Atualização Créditos (PIS e COFINS)	0	381
Total	2.240	6.108

Os valores demonstrados como créditos extemporâneos de PIS e COFINS são referentes aos saldos remanescentes de créditos de PIS e COFINS, levantados sobre insumos.

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) **Depósitos Judiciais**

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas Recursais	582	442
Trabalhistas Bloqueados	83	140
Depósitos Consignações	123	0
Total	789	581



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, na grande maioria, de Reclamações Trabalhistas. No que tange aos depósitos trabalhistas recursais, do exercício de 2021, houve pagamentos de depósitos provenientes de nove reclamações trabalhistas, que totalizaram R\$ 178 (mil). Em contrapartida, houve o levantamento pela CDC do montante de R\$ 38 (mil).

b) **Clientes**

CLIENTES - LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 -IPEM	707	0
Total	707	0

No 1º trimestre de 2021, foi registrado o montante de R\$ 707 (mil), referente ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, que trata de uma Ação Ordinária de Cobrança, proposta pela CDC, em face do INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM, cuja pretensão consistiu na obtenção de valores referentes às taxas de Aforamento, decorrentes do uso de área da CDC, objeto de convênio firmado em 31/10/1996.

Referido convênio tinha como objeto a utilização, pelo IPEM, de área determinada no Porto de Fortaleza, ficando estabelecido que, este primeiro seria o responsável por todos os custos incidentes sobre a área, tais como água, luz, telefone, obrigações fiscais, tributárias, inclusive o pagamento do foro da área vergastada.

Entretanto, houve descumprimento contratual, por parte do IPEM, ao deixar de adimplir valores referentes ao ressarcimento de taxas de aforamento relativa ao objeto de utilização pelo réu.

Referida ação foi julgada procedente em 29/05/2020, tendo o Poder Judiciário condenado o IPEM, ao pagamento da quantia de, aproximadamente, R\$ 89 (mil), com o acréscimo da Taxa SELIC, a título de juros e atualização monetária, a partir da data do ajuizamento da demanda, nos termos do art. 405 do Código Civil do 2002.

A CDC, em agosto de 2020, apresentou cumprimento de sentença com a devida atualização dos cálculos, perfazendo o valor de R\$ 707 (mil), visto que, a ação transitou em julgado em 20 de julho de



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

2020 e que não houve manifestação por parte do IPEM. Após o trânsito em julgado, o juiz proferiu decisão, solicitando a expedição de precatório no referido valor.

Diante do exposto, quanto ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, a Coordenadoria Jurídica da CDC entendeu como certo o valor de R\$ 707 (mil), quanto ao seu recebimento pela Companhia Docas do Ceará.

c) Ativos Fiscais Diferidos

ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	31/12/2021	31/12/2020
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	6.370	4.727
Total	6.370	4.727

O montante de R\$ 4.727 (mil) foi registrado no exercício de 2020, em conformidade com o disposto no CPC 25. É proveniente de decisão judicial, constante no processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001, o qual trata de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito de IPTU, referente aos imóveis matriculados sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8, em face do Município de Fortaleza.

Conforme entendimento da Coordenadoria Jurídica da CDC, o valor registrado é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, apenas até março de 2016.

Em 31/12/2021 foi contabilizada à atualização monetária de R\$ 1.642 (mil), referente ao período de março de 2016 a junho de 2020, visto que a contadoria da vara, por ordem judicial, procedeu ao cálculo e que ambas as partes concordaram com o valor apurado de R\$ 6.370 (mil), conforme comunicado SEI nº 4/2022/CODJUR-Contencioso CDC/DIRPRE/CDC..



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

INVESTIMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	4	4
FINOR - Banco do Nordeste	28	8
Total	32	12

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

IMOBILIZADO	31/12/2021	31/12/2020
Bens Móveis	15.719	15.640
Bens Imóveis	145.747	144.660
Imobilizado TMP	238.837	238.851
Obras em Andamento	0	0
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio	140	140
Monitoramento		
Redução ao Valor Recuperável	-12	-5.525
Depreciação Acumulada	-122.762	-108.199
Total	279.156	287.054

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas foram registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Taxa Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada - Anos
Edificações	4%	25
Máquinas Móveis, Aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Quanto à constatação da existência de indicativos para necessidade de realização do teste de *Impairment* (Perda por recuperabilidade de ativos) para o exercício de 2020, uma comissão interna foi formada, por meio da Portaria nº 37/2021, a qual emitiu relatório, em 22/03/2021, manifestando-se pela indicação de desnecessidade de realização do referido teste, nos ativos imobilizado e intangível constante no Balanço Patrimonial de 2020.

Em 2021 foi contratada a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda- EPP, para emitir Laudo de Avaliação e Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment*) dos Bens da Companhia.

Após conclusão dos trabalhos, o Parecer da empresa contratada foi que, não haverá ajustes contábeis, por se tratar de uma única Unidade Geradora de Caixa e que, a avaliação realizada foi positiva em R\$ 135.842 (mil), conforme relatórios emitidos. Entretanto, conforme CPC 01, itens 110 a 122, foi contabilizada a reversão no valor de R\$ 5.513 (mil), referente à Provisão para Redução ao Valor Recuperável (provisão de perdas por desvalorização), reconhecida em períodos anteriores, restando um saldo de R\$ 12 (mil), conforme demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Custo de Aquisição 31/12/2020	QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES						IMOBILIZADO LÍQUIDO 31/12/2021
		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação 2021	Depreciação Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	
Edificações	14.370	0	0	0	-454	-7.304	0	6.612
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-775	-1.657	0	21.592
Cais e Anexos Fixos	60.129	421	0	0	-1.495	-36.058	0	22.997
Móveis e Utensílios	669	3	0	0	-11	-634	0	27
Máquinas e equip.	9.695	75	0	0	-972	-3.971	0	4.825
Equip; de Informática	1.311		0	0	-14	-1.237	0	60
Veículos	778	0	0	0	-27	-709	0	43
Pier Petroleiro	12.493	0	0	0	-410	-6.186	0	5.897
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	1.066	244	0	0	-262	-338	0	711
Sistema de Gravação OCR	590	0	0	0	-118	-167	0	305
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	16.451	0	0	0	-690	-10.644	0	5.118
Imobilizado TMP	238.851	0	15	0	-9.943	-40.531	0	188.363
Imob.em andam.	0	0	0	0	0	0	0	0
Redução ao Valor Recuperável	-5.525	0	0	0	0	0	5.513	-12
(-) Depreciação fiscal	0	0	0	0	879	7.482	0	8.360
Outras imobilizações	20.350	424	0	0	-270	-6.245	0	14.258
Total	395.253	1.167	15	0	-14.562	-108.199	5.513	279.156

No que tange à depreciação, no exercício de 2021, esta totalizou R\$ 14.562 (mil), sendo que R\$ 9.943 (mil), referiu-se ao Ativo Imobilizado do TMP (Terminal Marítimo de Passageiros). As aquisições, no referido período, totalizaram R\$ 1.167 (mil).

Principais itens adquiridos no ano de 2021: Elastômero, kit de Atualização tecnológica para balança rodo ferroviária, lanternas marítimas, dentre outras aquisições.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no ano de 2021, foi R\$ 238 (mil).

INTANGÍVEL	31/12/2021	31/12/2020
Intangível	7.810	7.810
Amortização	-7.255	-7.017
Redução ao Valor Recuperável	-2	-2
Total	553	791

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, dos quais listamos os principais:

FORNECEDORES	31/12/2021	31/12/2020
EBC	0	6
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	770	219
INTELLSISTEMAS	0	119
CAGECE	50	81
VMI SISTEMAS	0	44
CRIART SERV. DE TERCEIRIZAÇÃO	134	0
OGMO	51	117
MFC AVALIAÇÃO E GESTÃO	34	72
DINÂMICA EMPREENDIMENTOS	0	14
WN SERVIÇOS	0	26
MAPFRE	0	19
3G ENGENHARIA LTDA	111	0
DAS INDUSTRIAL COM. SER. MAQUINAS	421	0
FORNECEDORES DIVERSOS	61	66
Total	1.632	783



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Do saldo evidenciado em 31 de dezembro de 2021, vale destacar o aumento no saldo da Companhia Energética do Ceará (ENEL), de R\$ 551 (mil), justificado pelo aumento do consumo, combinado com a cobrança do Adicional Bandeira Vermelha, por ocasião da crise energética, atualmente, vivenciada no Brasil.

Do fornecedor DAS Industrial Comércio de Máquinas e Equip. Ltda, destaca-se o valor líquido de R\$ 421 (mil), referente à aquisição de Elastômero para as Defensas na área do Cais. Os valores, constantes nos fornecedores CRIART e 3G Engenharia, referem-se à aquisição de prestação de serviços de limpeza e conservação e de manutenção patrimonial, respectivamente.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	33	39
Reclamações Trabalhistas	2.748	2.071
Total	2.781	2.110

Os valores de salários a pagar referentes à competência de dezembro/2021 foram pagos no mês subsequente. O saldo de R\$ 2.748 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. **Vide Nota Explicativa 22.c).**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, principalmente, em dezembro de 2021.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a Recolher - IN 1.234/12	321	199
INSS a Recolher	385	366
FGTS a Recolher	145	132
ISS - Imposto Serviços Prestados	88	86
ISS - Imposto retido na fonte	39	34
PIS a Recolher	25	31
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	120	143
INSS s/ serviços tomados	68	82
PORTUS Patronal	76	0
PORTUS Contribuição Extraordinária	129	0
Assistência Médica	-1	-1
Total	1.396	1.072

16. PORTUS - IRTS

CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Portus - IRTS	630	630

LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Portus - IRTS	2.095	2.551

TOTAL	2.725	3.181
--------------	--------------	--------------

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão pela qual estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar. A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

17. PARCELAMENTO INSS

Refere-se ao saldo a pagar de INSS, parcela de beneficiários, relacionado às competências de novembro/16, dezembro/16 e 13º Salário, por meio de Parcelamento Simplificado Previdenciário, em 60 parcelas, junto à Receita Federal do Brasil.

PARCELAMENTO INSS -CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento -INSS	23	56

PARCELAMENTO INSS -LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento -INSS	0	34

TOTAL	23	90
--------------	-----------	-----------

18. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

A CDC firmou em 22 de novembro de 1979, convênio de adesão junto ao PORTUS, a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, administrado pela referida entidade. Este foi estruturado na modalidade de Benefício Definido e foi instituído pela extinta PORTOBRÁS. Já era multipatrocinado por empresas, na grande maioria, de origem pública.

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdencial própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

18.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião que o valor atualizado alcançou o montante de R\$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em dezembro/2021, encontra-se evidenciado a seguir:

CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	1.515	1.312
LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	25.713	24.696
TOTAL	27.228	26.008



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Foi efetuado o reconhecimento contábil, no que se refere ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) – benefício a empregados, por ocasião da assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme evidenciado em Eventos Subsequentes, nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2019:

“Em face do exposto e levando em consideração que o Termo de Compromisso Financeiro ainda não teve suas condicionantes analisadas pelo Portus para posterior assinatura e encaminhamento para o Ministério da Infraestrutura, a SEST e a PREVIC, a CDC aguardará os trâmites para, tendo em mãos o documento hábil suporte, efetuar os registros contábeis devidos”

Para o 4º trimestre de 2021, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa Rodarte Nogueira-consultoria e estatística e atuária, por meio da entrega do Relatório RN/CDC 004/2021, apresentou déficit de R\$ 44.295 (mil).

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção			
	31 dez 22	out 21_31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	39.563.571	41.672.728	44.281.169	44.631.725
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(37.032)	(9.448)	(8.600)	(7.456)
3. Custo dos juros	3.314.528	852.403	813.349	810.600
4. Contribuições de participantes do plano	37.032	9.448	8.600	7.456
5. Benefícios pagos	(6.037.492)	(1.599.292)	(1.523.883)	(1.473.579)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(1.660.471)	(2.189.374)	13.069
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	(1.158.136)	(2.441.777)	(330.181)
6.c. Ajustes de experiência	-	(502.335)	252.403	343.250
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.181.425	298.203	291.467	299.354
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	38.022.032	39.563.571	41.672.728	44.281.169



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção			
	31 dez 22	out 21_31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	(4.731.937)	(4.047.357)	(3.909.993)	(2.991.567)
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(631.929)	(570.059)	(699.821)
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	533.570	122.660	126.501	131.808
4. Contribuições dos participantes	37.032	9.448	8.600	7.456
5. Benefícios pagos (líquido)	(6.037.492)	(1.599.292)	(1.523.883)	(1.473.579)
6. Receita dos juros	(394.819)	(82.057)	(74.947)	(56.679)
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	1.181.425	298.203	291.467	299.354
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF+RTSA)	3.816.503	975.662	1.381.056	639.728
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	1.086.675	222.725	223.901	233.307
11. Emendas no plano	-	-	-	-
12. Reduções	-	-	-	-
13. Liquidações	-	-	-	-
14. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	(4.509.043)	(4.731.937)	(4.047.357)	(3.909.993)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção						
	31/12/2022	out 21_31	dez 21	1 jul 21_30	set 21	1 abr 21_30	jun 21
<u>Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício</u>							
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(37.032)	(9.448)	(8.600)	(7.456)			
2. Custo líquido dos juros	3.709.347	934.460	879.188	867.279			
2.1 Custo dos juros da obrigação	3.314.528	852.403	813.349	810.600			
2.2 Receita de juros ativos	394.819	82.057	74.947	56.679			
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-	-	(9.108)	-			
3. Custo do serviço passado	-	-	-	-			
3.a. Benefícios adquiridos	-	-	-	-			
3.b. Benefícios não-adquiridos	-	-	-	-			
6. (Ganho) / perda atuarial líquida reconhecida	-	-	-	-			
6.a. Financeira	-	-	-	-			
6.b. Não-financeira	-	-	-	-			
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-			
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-			
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-			
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-			
8. Custo do benefício pós-emprego no período	3.672.315	925.012	870.588	859.823			
<u>Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)</u>							
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	7.645.140	8.673.682	9.790.099	9.570.999			
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(1.660.471)	(2.189.374)	13.069			
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	631.929	570.059	699.821			
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-			
13. Efeito compartilhamento de riscos	-	-	502.898	(493.790)			
14. Custo total reconhecido em ORA	7.645.140	7.645.140	8.673.682	9.790.099			

(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção			
	31 dez 21	31 dez 21	30 set 21	30 jun 21
1. Valor presente das obrigações fundeadas	-	-	-	-
2. Valor justo dos ativos do plano	(4.509.043)	(4.731.937)	(4.047.357)	(3.909.993)
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(38.022.032)	(39.563.571)	(41.672.728)	(44.281.169)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	(42.531.075)	(44.295.508)	(45.720.085)	(48.191.162)
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	26.748.918	27.228.330	26.852.710	26.373.003
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	3.858.581	4.264.439	4.264.439	4.527.469
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias + RTSA	14.208.692	15.654.713	15.654.713	16.342.735
7 (Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)	2.285.116	2.851.974	1.051.777	(947.955)
7.1. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participan	-	-	-	493.790
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(42.531.075)	(44.295.508)	(45.720.085)	(47.697.372)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	26.748.918	27.228.330	26.852.710	26.373.003
9. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)	(15.782.157)	(17.067.178)	(18.867.375)	(21.324.369)

(*) Considerando que os valores dos contratos estejam registrados no balanço da empresa

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção			
	31/12/2022	out 21_31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	(44.295.508)	(45.720.085)	(47.697.372)	(47.623.292)
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(3.672.315)	(925.012)	(870.588)	(859.823)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	1.028.542	1.619.315	(712.890)
4. Contribuições do empregador para o plano	5.436.748	1.321.047	1.731.458	1.004.843
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	-	(502.898)	493.790
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	(42.531.075)	(44.295.508)	(45.720.085)	(47.697.372)

18.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	31 dez 21	30 set 21	30 jun 21
1. Principais Categorias de Ativos (%)			
1.a Disponível	0,000%	0,000%	0,000%
1.b Realizável (Prev e Adm)	89,722%	88,221%	87,589%
Contribuições Contratadas	86,888%	85,300%	84,601%
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2,834%	2,921%	2,987%
1.c Títulos Públicos	0,000%	0,000%	0,000%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%
1.e Ações	4,377%	5,354%	5,966%
1.f Fundos de Investimentos	0,014%	0,024%	0,013%
Renda Fixa	0,000%	0,010%	0,000%
Imobiliário	0,014%	0,014%	0,013%
1.g Investimentos Imobiliários	5,83%	6,35%	6,38%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciais	0,05%	0,05%	0,05%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	-	-	-
2.b Realizável (Prev e Adm)	34.623.073	34.224.687	34.059.793
Contribuições Contratadas	33.529.482	33.091.478	32.898.093
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	1.093.590	1.133.209	1.161.700
2.c Títulos Públicos	(1)	-	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	1.688.987	2.077.011	2.319.871
2.f Fundos de Investimentos	5.314	9.329	5.248
Renda Fixa	2	4.064	2
Imobiliário	5.312	5.265	5.246
2.g Investimentos Imobiliários	2.250.821	2.462.084	2.479.941
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i Outros - Depósitos Judiciais	21.129	21.129	21.129
Total Ativo	38.589.323	38.794.240	38.885.982
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-
(-) Contribuições Contratadas	(33.529.482)	(33.091.478)	(32.898.093)
(-) Contribuições em atraso	(24.686)	(26.915)	(12.642)
(-) Uso Próprio	(99.726)	(119.929)	(120.936)
(-) Exigível Operacional	(735.165)	(702.063)	(988.255)
(-) Exigível Contingencial	(177.796)	(177.796)	(177.796)
(-) Fundo Previdencial	(7.768.204)	(7.706.331)	(7.570.097)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(856.961)	(903.488)	(954.054)
Valor Justo dos Ativos (*)	(4.602.697)	(3.933.760)	(3.835.891)
Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	N/A	N/A	N/A
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - inicial	(4.602.697)	(3.933.760)	(3.835.891)
Rentabilidade referente ao período projetado	(32.866)	(24.307)	(23.415)
Saldo Previdencial referente ao período projetado	(96.374)	(89.290)	(50.687)
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	(4.731.937)	(4.047.357)	(3.909.993)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

18.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

F. Premissas adotadas (final do ano)	31 dez 21	30 set 21	30 jun 21
1. Taxa de desconto (nominal)	8,913%	8,561%	7,672%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	8,913%	8,561%	7,672%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
3.a. Técnico			
3.b. Analista			
3.c. Cargo de Confiança			
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%	-3,50%
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A
G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	31 dez 21	30 set 21	30 jun 21
1. Data efetiva	31 dez 20	31 dez 20	31 dez 20
2. Participantes ativos (passivo principal)	5	8	8
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	231	235	235
3.a. Aposentados	143	152	152
3.b. Pensionistas	88	83	83
4. Número total de participantes	236	243	243
H. Período de amortização	31 dez 21	30 set 21	30 jun 21
1. Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00
2. <i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,20	8,20	8,20



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

K. Projeção do fluxo de caixa	31/12/2022	out 21_31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	6.037.492	1.599.292	1.523.883	1.473.579
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	533.570	122.880	128.501	131.808
3. Contribuições esperadas dos participantes	37.032	9.448	8.600	7.466
4. Contribuições esperadas dos Assisidos - extraordinárias	1.181.425	298.203	291.467	299.354
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordina	1.088.675	222.725	223.901	233.307
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	3.816.503	975.662	1.381.056	639.728

L Conciliação da obrigação de benefício definido - segregado	1 out 21_31 dez 21		1 jul 21_30 set 21	
	Ativo (BA C)	Inativo (BC)	Ativo (BA C)	Inativo (BC)
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	2.639.242	39.033.486	2.784.201	41.496.968
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(9.448)	-	(8.600)	-
3. Custo dos juros	54.759	797.644	51.931	761.418
4. Contribuições de participantes do plano	9.448	-	8.600	-
5. Benefícios pagos	-	(1.599.292)	-	(1.523.883)
6. (Ganho) / perda atuarial	(1.187.554)	(472.917)	(196.890)	(1.992.484)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	(330.527)	(827.609)	(185.972)	(2.255.805)
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(857.027)	354.692	(10.918)	263.321
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	-	-	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assisidos	-	298.203	-	291.467
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	1.506.447	38.057.124	2.639.242	39.033.486



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Análise de Sensibilidade 31.12.2021			
	Tábua biométrica		Taxa de juros	
	Agravado em 10%	Desagravado em 10%	0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	38.690.738	40.508.273	38.947.497	40.196.662
Valor justo dos ativos do plano	(4.731.937)	(4.731.937)	(4.731.937)	(4.731.937)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(43.422.675)	(45.240.210)	(43.679.434)	(44.930.599)
Passivo do Patronador c/ Redução de direitos (TCF)	27.228.330	27.228.330	27.228.330	27.228.330
Passivo do Patronador c/ contrib. Futuras (Assíduos)	4.170.359	4.366.266	4.198.034	4.332.694
Passivo do Patronador c/ contrib. Extraordinárias - RTSA	15.309.346	16.028.517	15.410.942	15.906.009
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	3.285.360	2.382.903	3.157.872	2.536.634
Efeito compartilhamento de riscos - participações	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(43.422.675)	(45.240.210)	(43.679.434)	(44.930.599)
Contato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	27.228.330	27.228.330	27.228.330	27.228.330
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(16.194.345)	(18.011.880)	(16.451.104)	(17.702.269)
Variações:				
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,21%	2,39%	-1,56%	1,61%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-2,01%	2,18%	1,42%	1,46%

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31/12/2021	31/12/2020
PORTUS – Termo de Compromisso	1.515	1.312
PORTUS – Termo de Compromisso - LP	25.713	24.697
PORTUS – Passivo Atuarial	17.067	24.148
TOTAL	44.295	50.157



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

19. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31 de dezembro de 2021.

PROVISÕES	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias	1524	1.590
Provisão de Encargos Férias	529	543
Provisão 13º Salário	0	0
Provisão de Encargos 13º Salário	0	0
Outros	0	39
TOTAL	2.053	2.172

20. CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

CREDORES DIVERSOS	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Caucionados	198	198
Credores Diversos Nota 20.a)	1.360	1.645
Credores Diversos - IPTU Nota 20.b)	1.993	2.074
Credores Diversos - Aforamento	1.170	1.002
TOTAL	4.721	4.919

a) **Créditos diversos**

Do montante de R\$ 1.360 (mil), R\$ 1.144 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R\$ 216 (mil), refere-se ao recebimento não integral de valores provenientes de contas a receber, os quais não foram



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

baixados nos meses de recebimento e que serão liquidados quando do complemento pelos clientes. Abaixo, segue a composição.

CREDORES DIVERSOS	31/12/2021
PETROBRAS	1
LEILÃO PEDRAS	60
VANDERLEI	2
SAVEIROS CAMUYRANO SERV. MARÍTIMOS	14
APMAP	2
CTIS TECNOLOGIA	34
ASSO MARÍTIMA	5
BM SANTOS	2
VESTAS	14
DEEF PROD	3
CSP	2
OUTROS	77
Total	216

b) Credores Diversos - IPTU

O valor de R\$ 1.993 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. (vide nota explicativa 9 c).

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de ressarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

21. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	31/12/2021	31/12/2020
CVT Portuário	14	14
Monitoramento Ambiental	-203	-203
TOTAL	-189	-189

Em 2015, houve o provisionamento de notas fiscais referente ao projeto básico ambiental da obra de aprofundamento do Porto de Fortaleza, objeto do Convênio de Monitoramento Ambiental. Por conta do bloqueio judicial relativo ao processo judicial nº 351/1996, existente na conta de aplicação financeira do referido convênio, na importância de R\$ 517 (mil), em 07/11/2012, a conta contábil apresenta saldo negativo.

De acordo com informações prestadas pela Coordenadoria Financeira, no que se refere ao Convênio Monitoramento Ambiental, face ao seu encerramento, o titular da referida Coordenadoria informou que emitirá uma Nota Técnica, a ser submetida à Diretoria Executiva da CDC, em que serão demonstradas as alternativas apresentadas pela área gestora do referido contrato, no sentido de regularizar os saldos existentes.

No que se refere ao Convênio CVT Portuário, informa-se que a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI e, quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos, informa-se que em atendimento ao Ofício SEI nº 327682/2021-ME assinado pelo Superintendente do Patrimônio do Ceará, foram enviadas pela CDC, as solicitações deste ofício, conforme autos do processo SEI nº 50900.000957/2021-13, para fins de prosseguimento.

22. AÇÕES JUDICIAIS

No exercício de 2021, as ações judiciais apresentaram redução de 45,19%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Ações Cíveis (Estaduais) Vide 22.a)	14	34
Ações Federais Vide 22.b)	112	3
Ações Tributárias Vide 22.b)	123	514
TOTAL	249	551

AÇÕES JUDICIAIS - LONGO PRAZO	31/12/2021	31/12/2020
Ações Federais Vide 22.b)	0	108
TOTAL	0	108

Destaca-se que os saldos refletem a posição de 31/12/2021, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 4º trimestre de 2021. Os quadros acima demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 – POSSÍVEL E 3 – REMOTA).

Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c)**.

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

No que tange às ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2021. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	11	1	6.758
	12	2	431
	33	3	2.915
TOTAL GERAL	56		10.104

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	2	1	14
	2	2	30
	17	3	36.376
TOTAL GERAL	21		36.420

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, encontra-se registrado o montante de R\$ 14 (mil), cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

No que tange às ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de dezembro de 2021, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	9	1	5.286
	17	2	2.583
	34	3	1.304
TOTAL GERAL	60		9.173

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	4	1	235
	7	2	13.576
	17	3	1.219
TOTAL GERAL	28		15.030

(*) Ressalta-se que, do montante registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, o valor de R\$ 123 (mil) é referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000, evidenciado como Ações Tributárias, que no exercício de 2021 houve uma reversão de R\$ 391 (mil). A CDC foi intimada, por meio do Mandado de Intimação nº. 0020.000604-0/2016, para resguardar quaisquer créditos em nome da empresa PACONOL, para fins de satisfação das verbas objeto da execução fiscal em trâmite perante a 20ª Vara Federal.

Na ocasião, a área de engenharia da CDC informou a existência de valores, que totalizam o respectivo montante contabilizado, a título de provisão. Com a finalidade de minimizar os impactos com o



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

dispêndio do referido montante, o Setor Jurídico apresentou recurso em revisão aos valores cobrados, o qual, atualmente, encontra-se concluso para julgamento. Em 29/10/2021 foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 123 (mil).

Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 13.576 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R\$ 1.219 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

No que se tange às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. **Vide Nota Explicativa 14.**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	25	1	2.748
	17	2	3.162
	12	3	3.072
TOTAL GERAL	54		8.982

23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, o saldo existente de AFAC, em 30/04/2018, que se encontrava registrado no Passivo Circulante, no montante de R\$ 52.933 (mil), foi reclassificado, conforme a seguir:

1. O montante de R\$ 4.810 mil foi reclassificado para o Patrimônio Líquido;
2. O montante de R\$ 48.122 mil foi reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Ressalta-se que o saldo de R\$ 8.547 mil, existente no Patrimônio Líquido a título de AFAC, é composto pela reclassificação de R\$ 4.810 (mil), informada acima, bem como por R\$ 3.737 (mil), que se refere aos AFACs, que foram recebidos dentro exercício de 2018.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 31 de dezembro de 2021, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	31/12/2021	31/12/2020
NÃO CIRCULANTE	57.117	54.619
GOVERNO FEDERAL	57.116	54.618
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.723	8.547
GOVERNO FEDERAL	12.723	8.547
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	-
TOTAL GERAL	69.841	63.166

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R\$ 57.117 (mil) registrados, R\$ 2.498 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no exercício de 2021. Destaca-se que houve repasses de AFACs, por parte do Governo Federal, durante o exercício no montante de R\$ 4.177 (mil) referente a participação da União no capital da CDC, relativo à ação 0I9- Construção e Pavimentação de Terminal de Container no Porto de Fortaleza, conforme despacho de autorização nº 474/2021/COAD-SNPTA/GABSNPTA/SNPTA – SEI nº 5021486.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 **(Valores expressos em milhares de reais)**

Em 28 de setembro de 2020, a União editou o Decreto nº 10.498, em que autoriza o aumento de capital social das Companhias Docas federais. A partir de então, a CDC elaborou proposta para capitalização dos créditos contabilizados, à qual está seguindo os trâmites para aprovação, para que seja viabilizado o Aumento de Capital Social, nos termos do referido Decreto.

Em 23 de março de 2021, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 49/2021/DIRPRE-CDC, por meio do processo nº 50900.000392/2020-93, Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para análise por parte da União, contendo a Decisão DIREXE nº 13/2021, Parecer do Conselho Fiscal nº 01/2021, Deliberação do Conselho de Administração nº 10/2021), Relatório do COAUD nº 02/2021, Nota Técnica - CDC Nº 6/2021/CODFIN-CDC/DIAFIN-CDC e outros anexos. (Em resposta da União, foram solicitadas, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), algumas adequações a serem efetuadas.

Em atendimento às solicitações da STN, a CODFIN elaborou a Nota Técnica nº 15, a qual alterou a Nota Técnica nº 6 do referido processo, no sentido de adequação às recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito ao valor da ação com base no Patrimônio Líquido de demonstrativo auditado em 31/12/2020, bem como a correção da SELIC até o dia 30/04/2021. O processo encontra-se em análise pelos órgãos competentes.

No dia 29 de setembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da CDC, em que foi deliberada a matéria, ocasião em que a União votou com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Secretaria do Tesouro Nacional e na Nota Técnica da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, conforme Ata nº 134 da AGE, pela aprovação de Aumento de Capital Social da CDC, no montante de R\$ 60.832 (mil), atualizados efetivamente até 30.04.2021, mediante a incorporação de Aporte para Futuro Aumento de Capital (AFAC), transferido pela União, nos exercícios de 2015 a 2018, além do saldo remanescente de AFAC capitalizado em junho de 2015, bem como pela fixação de prazo de 30 dias, nos termos do art. 171 da Lei nº 6.404 de 1976, para a manifestação de interesse por parte dos acionistas minoritários em exercer o direito de preferência na subscrição de ações.

Em 17 de Novembro de 2021, por meio do Ofício nº 229/2021/DIRPRE-CDC, contido no processo SEI nº 50900.000392/2020-93, o Conselho de Administração da CDC solicitou ao Procurador da União, agendamento de nova Assembleia Geral Extraordinária para homologação do aumento de capital



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

social e alteração do Estatuto social, tendo em vista, que o prazo para manifestação de interesse em subscrição das ações pelos acionistas minoritários foi encerrado.

O detalhamento dos AFACs, em 31 de dezembro de 2021, está evidenciado a seguir, em R\$ (mil):

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
07/07/2015	3.075.202,22	R\$ 3.075	1.900	R\$ 4.975
TOTAL				R\$ 4.975

VALORES RECEBIDOS ATÉ DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
03/03/2015	1.500.000,00	R\$ 1.500	R\$ 1.030	R\$ 2.530
22/04/2015	500.000,00	R\$ 500	R\$ 330	R\$ 830
07/05/2015	2.000.000,00	R\$ 2.000	R\$ 1.304	R\$ 3.304
24/06/2015	1.000.000,00	R\$ 1.000	R\$ 625	R\$ 1.625
09/07/2015	1.500.000,00	R\$ 1.500	R\$ 924	R\$ 2.424
09/10/2015	3.000.000,00	R\$ 3.000	R\$ 1.687	R\$ 4.687
23/11/2015	13.493.030,53	R\$ 13.493	R\$ 7.270	R\$ 20.763
23/12/2015	3.500.000,00	R\$ 3.500	R\$ 1.824	R\$ 5.324
23/09/2016	500.000,00	R\$ 500	R\$ 286	R\$ 786
29/09/2016	4.002.500,00	R\$ 4.003	R\$ 1.499	R\$ 5.501
23/12/2016	791.732,53	R\$ 792	R\$ 264	R\$ 1.056
29/12/2016	2.485.373,30	R\$ 2.485	R\$ 823	R\$ 3.309
TOTAL	R\$ 37.347.839	R\$ 34.273	R\$ 17.868	R\$ 52.141

VALORES RECEBIDOS A PARTIR DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
04/05/2017	863.357,58	R\$ 863	-	R\$ 863
26/06/2017	799.900,00	R\$ 800	-	R\$ 800
30/10/2017	397.262,48	R\$ 397	-	R\$ 397
22/12/2017	1.617.364,22	R\$ 1.617	-	R\$ 1.617
28/12/2017	1.132.089,00	R\$ 1.132	-	R\$ 1.132
09/10/2018	250.000,00	R\$ 250	-	R\$ 250
27/12/2018	2.623.676,36	R\$ 2.624	-	R\$ 2.624
28/12/2018	862.957,02	R\$ 863	-	R\$ 863
30/12/2021	4.176.773,00	R\$ 4.177	-	R\$ 4.178
TOTAL	R\$ 12.723.380	R\$ 12.723	0	R\$ 12.724

TOTAL DE AFAC UNIÃO R\$ 69.840

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/09/2014	3.075.202,22	R\$ 1	R\$ 1	R\$ 1

TOTAL DE AFAC GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ R\$ 1

TOTAL DE AFAC EM 31/12/2021 R\$ 69.841



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de dezembro de 2021, encontra-se assim distribuído:

Composição Acionária

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	27.466.893.721	99,93%	273.137.529,44
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,07%	181.033,00
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	31,89
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	29,69
TOTAL	27.485.113.672	100,00%	273.318.713,10

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconvertíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, Governo Federal.

Em 08/02/2019, a 123ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a absorção dos prejuízos acumulados dos exercícios de 2015 a 2017, a qual reduziu o Capital Social da CDC em R\$ 59.460 (mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 **(Valores expressos em milhares de reais)**

b) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembleia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R\$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. O saldo atualizado, até 31 de dezembro de 2021, totalizou um montante de R\$ 1.568 (mil), após atualização monetária de aproximadamente R\$ 66 (mil), durante o exercício. Destaca-se que, do montante apresentado, R\$ 1.568 (mil) é proveniente de dividendos da União. A atualização da Reserva Especial é feita pela taxa SELIC.

Fator Acumulado SELIC de 01/07/2015 a 31/12/2021: 1,62116438935579

Fator Acumulado SELIC de 01/01//2021 a 31/12/2021: 1,04387346179223¹

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O estudo atuarial referente ao plano de benefício, definido PBP1, apontou um passivo líquido a ser reconhecido em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 44.296 (mil). Conforme linha e.4 do quadro informado na **Nota Explicativa 18.b**, R\$ 1.321 (mil), refere-se ao montante de contribuições do empregador para o plano, no 4º trimestre de 2021, o qual foi revertido para ajustes de exercícios anteriores. O saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores totalizou R\$ 5.046 (mil), visto que, está contemplando os valores que já foram contabilizados até o 3º trimestre de 2021.

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R\$ 8.674 (mil) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na **Nota**

¹ Fatores acumulados. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicfatoresacumulados>. Acesso em: 09 fev.2022..



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Explicativa 18.b) e no exercício de 2021, verificou-se uma variação de R\$ 4.250 (mil), conforme evidenciação na DFC e DMPL.

e) PREJUÍZOS ACUMULADOS

O saldo, em 31 de dezembro de 2021, de LUCRO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS, ver DMPL, é de R\$ 81.596 (mil), conforme evidenciado a seguir e está demonstrado em R\$ (mil):

Composição	Saldo R\$ (mil)
Saldo Inicial de 2021	-76.394
Prejuízo do Exercício de 2021	-4.735
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.046
Total	-76.083

f) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE 2021

A Companhia Docas do Ceará apresentou, no exercício de 2021, um prejuízo no montante de R\$ 4.735 (mil) resultado, principalmente, dos seguintes fatos:

- Despesas, com variação monetária de Créditos para Futuro Aumento de Capital, de aproximadamente R\$ 2.498 (mil). **Vide Notas Explicativas 23);**
- Despesas de Depreciação e de Amortização, no montante de R\$ 14.562 (mil) e R\$ 238 (mil), respectivamente. **Vide Notas Explicativas 11 e 12**
- ;- Despesa Atuarial Portus com Assistidos e Ativos PORTUS, no montante de R\$ 3.434 (mil). **Vide Notas Explicativas 18 b, 28 e 29;**
- Despesa com a Contribuição Extraordinária PORTUS, no montante de R\$ 962 (mil). **Vide Notas Explicativas 29;**
- Atualização do TCF do PORTUS e Juros Pagos sobre as parcelas vencidas, no montante de R\$ 2.590. **Vide Notas Explicativas 30 b;**



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

- Despesas com Reclamações Trabalhistas, no montante de R\$ 1.072 (mil) **Vide Notas Explicativas 29.**
- Reversão de R\$ 5.513 (mil), referente à provisão para redução ao valor recuperável (perdas por desvalorização) de ativos. **Vide Notas Explicativas 11 e 29;**

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	63.178	59.131	6,84%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso			
Aquaviário	19.051	20.245	-5,90%
Utilização das Instalações de Acostagem	3.085	3.071	0,46%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	26.132	26.814	-2,54%
Serviços de Armazenagem	4.842	1.403	245,05%
Serviços Diversos	10.068	7.597	32,51%
(-) Cancelamentos de Serviços	-234	-1.456	-83,92%
(-) Impostos Incidentes	-7.329	-6.741	8,72%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.615	50.935	9,19%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

No que se refere às receitas operacionais, a Receita Operacional Líquida apresentou um aumento de 9,19%, quando comparada ao do exercício de 2020, sendo a variação mais significativa, em termos monetários, nas receitas de Serviços de Armazenagem.

27.CUSTOS

CUSTOS	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	10.114	10.988	-7,95%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	8.517	10.358	-17,77%
Materiais Gastos nas Operações	63	5	1142,86%
Custos Gerais	20.582	18.048	14,04%
TOTAL	39.275	39.399	-0,31%

No exercício de 2021, os Custos apresentaram uma redução de 0,31%, quando comparados aos do do exercício anterior, verificado, principalmente, em Serviços Prestados – Pessoa Jurídica, face à redução dos custos com Manutenção Civil, Serviços de Mão de Obra de Inspeção *Scanner* e com Serviços de Manutenção Elétrica e Mecânica. Em contrapartida os Custos Gerais apresentaram aumento de 14,04%, justificado pelo aumento verificado nos custos com Energia Elétrica.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	13.391	14.900	-10,12%
Serviços Prestados - Pessoa Física	403	410	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	6.980	4.795	45,58%
Despesas com Materiais	193	184	4,84%
Despesas Gerais	5.703	5.551	2,75%
Total	26.671	25.840	3,22%

No exercício de 2021, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 3,22%, verificado, principalmente, em Serviços Prestados – Pessoa Jurídica, face ao aumento nas despesas com Publicidade Legal, Despesas com Limpeza e Conservação, Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial, Controle Ambiental, dentre outras.

Apesar de se verificar uma redução nas despesas com Salários e Encargos, destaca-se que, foi registrado durante o exercício de 2021, em Despesas com Salários e Encargos, o montante de R\$ 192 (mil), referente ao custo do período com empregados ativos do PORTUS, conforme E.2 do Relatório RN/CDC nº 001/2022, emitido pela empresa RODARTE. **Vide Nota Explicativa 18.b. e 24.f.**

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no exercício de 2021 apresentaram uma redução de 16,00%, quando comparadas com as ocorridas no exercício anterior. Tal variação é justificada, principalmente, da inexistência de Créditos Fiscais Extemporâneos em 2021. Ressalta-se que, o valor de R\$ 1.642(mil), registrado em PROC Nº 0011097-11.2007.8.06.0001 (IPTU 2002_2006), refere-se à atualização do saldo do referido processo, conforme informações prestadas pela CODJUR.

Destaca-se que, em 2021, foi registrada a reversão de R\$ 5.513 (mil), referente à Provisão para redução ao valor recuperável. **Vide Nota Explicativa 11.**



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	7.203	7.378	-2,37%
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em Exercícios Anteriores	2	55	-97,03%
Receitas Eventuais	112	36	208,22%
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	120	0	100,00%
Créditos Fiscais Extemporâneos	0	6.504	-100,00%
Receitas Eventuais - TMP	0	2	-100,00%
PROC N° 0011097-11.2007.8.06.0001 (IPTU 2002_2006)	1.642	4.727	-65,26%
PROCESSO N.0822859-81.2019.4.05.8100	707	0	100,00%
Reversão de Provisão Ações Judiciais	411	0	100,00%
Reversão de Provisão de Redução ao Valor recuperado	5.513	0	100%
Total	15.709	18.703	-16,00%

As outras despesas operacionais, no exercício de 2021, sofreram uma majoração de 80,69%, quando comparadas às ocorridas no exercício de 2020. Destaca-se que, foi registrado em Despesa Atuarial – Custo Benefício- Parcela Assistidos, o montante de R\$ 3.242 (mil), referente ao custo do período com empregados assistidos do PORTUS, conforme E.2 do Relatório RN/CDC nº 001/2022, emitido pela empresa RODARTE. **Vide Nota Explicativa 18.b. e 24.f.**

Houve majoração nas Despesas com Ações Judiciais, justificada, principalmente, pelo acordo celebrado, oriundo da Reclamação Trabalhista, processo nº 0001747-62.2014.5.07.0005, o qual tramita na 5ª Vara do Trabalho da Comarca de Fortaleza, em foi contabilizado R\$ 639 (mil), em 2021, como complemento de prognóstico.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	1.073	604	77,59%
Débitos Incobráveis	0	197	-100,00%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistidos	3.242	1.581	104,98%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	962	538	78,92%
Total	5.277	2.920	80,69%

30.RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No exercício de 2021, verificou-se uma redução das receitas financeiras, em um percentual de 48,92% em relação ao exercício anterior, sendo mais expressivo nas Variações Monetárias de Tributos a Recuperar, em virtude do exaurimento dos Créditos Fiscais Extemporâneos, levantados no exercício de 2020.

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Juros de Usuários	77	173	-55,39%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	587	246	138,41%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	35	139	-74,55%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	126	1.078	-88,29%
Rendimentos em Titulos Publicos	21	0	100,00%
Descontos Obtidos	1	23	-97,46%
Total	848	1.660	-48,92%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no exercício de 2021, verificou-se um aumento nas despesas financeiras em um percentual de 78,54%, em comparação ao exercício de 2020, sendo mais expressiva, o aumento em Despesas de Variações Monetárias, justificado pelas atualizações dos Aportes para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que totalizaram, R\$ 2.498 (mil).

Quanto ao Termo de Compromisso Financeiro PORTUS, os juros incorridos nas parcelas mensais pagas, bem como a atualização da dívida, totalizaram aproximadamente R\$ 2.177 (mil).

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	9	9	1,07%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	2.970	1.586	87,21%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	11	3	279,49%
Despesas Bancárias diversas	15	15	-3,89%
Despesas de Variações Monetárias	2.557	1.569	62,91%
Perdas em Aplicações Financeiras	122	0	100,00%
Despesas com IOF	0	0	-8,61%
Total	5.683	3.183	78,54%

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

32. DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO Nº 95.524/87

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar, a maior e menor remuneração pagas aos empregados e dirigentes foram:

REMUNERAÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
DIRETORES		
Maior Remuneração	33	25
Remuneração Média	26	24
Menor Remuneração	23	23
EMPREGADOS		
Maior Remuneração	22	18
Remuneração Média	9	8
Menor Remuneração	2	2

33. PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, inciso VII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da companhia, independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, exercício de 2021, em milhares de reais

	31/12/2021
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	63.178
FATURAMENTO PETROBRAS	22.612
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	35,79%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	63.178
FATURAMENTO OGMO	81
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,13%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 27)	8.517
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	2.978
PARTIC. DO OGMO	34,97%

c) Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA (Vide Nota 28)	6.980
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	260
PARTIC. DA EBC	3,72%

d) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978,



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.²

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
DESPESAS GERAIS (Vide Nota 28)	5.703
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	1
PARTIC. DA ECT	0,02%

e) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério da Infraestrutura - Minfra. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.³

² Estatuto Social dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios>. Acesso em: 21 out. 2021.

³ Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências**. Brasília, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 21 out. 2021.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	63.178
FATURAMENTO ANTAQ	7
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,01%

f) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.⁴

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no exercício de 2021, em milhares de reais.

	31/12/2021
FATURAMENTO (Vide Nota 26)	63.178
FATURAMENTO ANVISA	83
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC	0,13%

Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC CE-16629/O-7
CPF: 616.329.613-34

⁴ Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 09 fev. 2022.